



Carta aberta para pais, mães e responsáveis de estudantes trans

Laíssa Marinho

6

Parnamirim, 19 de julho de 2022.

Prezadas/os responsáveis por uma adolescência possível,

Primeiramente, gostaria de me apresentar: sou uma estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tenho 30 anos e apesar de ter sido muito amada por minha família na adolescência, vivi algumas situações que me machucaram e que talvez tenham sido desconhecidas por minha família por se tratar de uma época em que os preconceitos existiam de forma mais velada ou pouco se discutia sobre. A minha escrita, portanto, parte das minhas lembranças dolorosas e do desejo de que outras/os adolescentes não passem pelas mesmas coisas e se sintam abandonadas/os de alguma forma.

Hoje, especialmente, me lembrei das várias vezes que fui impossibilitada, na escola, de jogar bola. Fui chamada de um monte de nomes que somente hoje, adulta, compreendo seus significados pejorativos. Lembrei também de quantas vezes fui parar na diretoria porque bati em um dos meninos que me insultou por nomes que ainda machucam quando os ouço. Eu só era uma criança; e quantas dores de barriga inventei em casa para não ter de ir à escola, para não ter de passar por tudo outra vez.

Quantas vezes o meu corpo, as minhas roupas, as minhas escolhas foram negadas no espaço escolar porque, na verdade, eu não correspondia às expectativas que a sociedade gerou para mim. Olhe que eu era apenas uma menina, com trejeitos masculinizados e que usava a calça do uniforme dos meninos ao invés da saia que as outras meninas usavam. Me pergunto se, em algum momento, quando me negaram a possibilidade de jogar futebol no parque da escola com as/os minhas/meus colegas, pensaram o quão mal me faziam ao me negar a possibilidade de escolhas e de permear por espaços que eu me sentia bem. Me pergunto se, ao me obrigarem a usar a saia da escola ou aquela calça sem bolsos “que todas as meninas usam”, pensaram sobre todas as vezes que odiei estar na escola e mirabolei uma infinidade de planos para sumir dali. Imagino que não, porque os anos se passaram e eles continuaram agindo da mesma forma. Os anos se passaram ainda mais desde que saí da educação básica e continuam agindo do mesmo modo: não permitindo que os corpos se realizem em sua completude de ser e estar no mundo.

O que hoje me chama a atenção já não é mais tanto a limitação da escola em possibilitar a existência de corpos que destoam das normas sociais e, neste caso em específico, das normas de gêneros. O que me chama a atenção é a incoerência dos pais, das mães e responsáveis que falam sobre amar as/os suas/seus filhas/os e não se atentam aos conflitos internos que vivem. Falta diálogo ou falta coragem de tirar as vendas dos olhos e admitir a existência de gente e de corpos diversos?

Ao refletir sobre isso, me recordei do contato mais recente com o espaço escolar que tive: permanência em uma escola da rede pública de Parnamirim/RN por um período, em cumprimento do estágio obrigatório em gestão/coordenação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dentre as problemáticas que me chamaram atenção, a defesa cuida-

dosa da coordenação de duas alunas trans com idade de 15 anos foi o que mais me comoveu. Vocês devem estar se perguntando: qual a razão de haver uma defesa cuidadosa? As/os outras/os alunas/os não estão respeitando a identidade de gênero dessas alunas? As/os professoras/es não estão respeitando o nome social dessas alunas? Acredite: o problema não é na escola, é dentro de casa. O problema está relacionado a não aceitação da família pelo uso do nome social das alunas na escola mesmo que toda a composição escolar já faça uso de pronomes e artigos no feminino. Como proceder?

Destaco a atuação afetuosa da Coordenação Pedagógica que não deixou de se posicionar e tentar mediar os conflitos internos gerados nas adolescentes, mas, também, buscou conversas pacíficas com as famílias. Nas ocasiões, a Coordenação se posicionou por etapas: buscou compreender como se dava a relação das adolescentes com as/os outras/os alunas/os; como se dava o tratamento por parte das/os professoras/es e viu que elas/es já faziam uso do nome social e as tratavam com artigo e pronome feminino. Então se deparou com a barreira familiar para o entendimento desse processo.

Tenho consciência de que a Coordenação e a escola como um todo não são capazes de salvar o mundo das intolerâncias, até porque, muitas vezes, a própria escola se faz intolerante. Neste caso, em específico, é preciso destacar a força e a vontade da mudança da escola que, para mim, estava personificado no papel da Coordenação Pedagógica. Sua conduta e acolhimento certamente serão capazes de gerar uma adolescência possível, capaz de fazer com que essas (e outras/os) adolescentes se sintam seguras/os e vejam a escola como um espaço de confiança. Possibilitar e inculcar a ideia de confiança na outra pessoa é também uma possibilidade de segurança em si, de modo que o diálogo ganha força inclusive com aquelas/aqueles que outrora não lhes deram ouvidos — neste caso, as mães e os pais.

Noutra perspectiva, outro dia, enquanto eu lia o livro de Sofia Favero (autora do livro *Crianças trans*) eu refletia sobre a necessidade dela (como ela coloca) de se calar e de se vestir “de maneira mais genérica possível” na tentativa de não chamar a atenção das/os alunas/os e das outras pessoas da escola. Percebi que, o caso dessas alunas se apresentava numa narrativa diferente porque não chamar a atenção era uma ação pensada para as pessoas de dentro de casa, pessoas que deveriam lhes proteger e que, somente na escola, elas conseguiam utilizar marcadores sociais pensados para as meninas, fazer uso do pronome que melhor lhes traduzem e nada disso era motivo de julgamento.

A questão então parece fácil de se resolver: deixe as/os adolescentes serem quem quiserem ser! Fácil é na minha cabeça que admito sem problemas a existência de corpos diversos e que entendo que essas nomenclaturas todas não passam de tentativas de enquadramentos e que ninguém deve ser igual a ninguém. Mas, como dizer que é fácil quando precisa-se pensar que, segundo o artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente, as/os mães/pais são as/os representantes legais de suas/seus filhas/os menores de 16 anos? Logo, as/os adolescentes não têm o poder de escolha para esse

caso. As/os mães/pais respondem por elas.

Agora, pessoa responsável por uma adolescência possível, quero que reflita comigo tentando se colocar longe das ideias que a sociedade incutiu em sua cabeça; longe das ideias preconceituosas e transfóbicas. Pense em sua/seu adolescente, na sua relação com ela/ele. Relembre as vezes que ela/ele fez o que você chamou de “birra” porque não quis usar determinada roupa, ou ainda porque fantasiou um outro nome que não o que você lhe conferiu ao nascer. Pense nas vezes que sua/seu filha/o se colocou triste ou avesso quando você exigiu que a escola lhes chamasse de Pedro, José ou João ao invés de Maria, Júlia ou Priscila. Pense em todos os desconfortos que não admitir um nome, um artigo, um pronome, a identidade de gênero de sua/seu filha/o lhe causou. E se a/o seu/sua filha/o não quiser mais frequentar os espaços públicos, a escola, as reuniões de família simplesmente por não se reconhecer no que querem que ela/ele seja?

É preciso pensar no bem estar social da/do adolescente a longo prazo. Já não é poder da escola negar o direito básico do uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, já que esta é uma resolução já estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) datado de 19 de janeiro de 2018. O fato é que a família precisa estar de prontidão para apoiar sua/seu filha/o estando ciente que, ao negar sua identidade no espaço escolar — espaço de maior convívio da/o estudante — durante o ano, pode lhes trazer perdas irreparáveis à vida adulta.

É nessa perspectiva que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) aborda, em seus Dossiês, a preocupação com a evasão escolar de pessoas trans e travestis. Isso porque, a partir de pesquisas anteriores, chegou-se à estimativa de que seja aos 13 anos a idade média que pessoas trans, sendo travestis e mulheres transexuais, principalmente, sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017). É estimado ainda que apenas cerca de 0,02% estão compondo as cadeiras universitárias e que 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). A ausência da escola, quando mais novas, gera a falta de qualificação e, portanto, essas pessoas acabam por buscar espaços para trabalho que não são bem vistos pela sociedade e, certamente, não será bem visto por você, responsável por uma adolescência (e vida) possível.

É pensando sobre isso, e tentando minimizar os danos, que o próprio CNE lista uma série de razões cujo amparo do uso do nome social pode vir a ajudar a minimizar a evasão escolar dessa população. Isso se dá por entender que a evasão escolar constitui grave atentado contra o direito à educação de qualquer pessoa e que, portanto, é preciso encontrar e aplicar medidas que garantam a permanência segura dessas pessoas na escola. É possível começar com medidas de dentro de casa, não acha?

Depois de tudo dito, prezadas/os responsáveis por uma adolescência possível e segura de sua/seu filha/o, será que lhe tirar o direito de ser quem é torna-se a melhor escolha para proteger sua/seu filha/o das maldades do mundo? É preciso pensar no bem estar dessas

peças e proteger aquelas/aqueles que são de nossa responsabilidade. Proteger não significa ditar regras para que conheçam só os caminhos que você julgue seguro. Proteger significa amar, dialogar e apoiar nas decisões de agora e do futuro. Proteger significa mostrar caminhos possíveis com todas as recompensas, mas também com todo o ônus que uma decisão equivocada pode gerar. Proteger é estar ao lado e não à frente como escudo porque você também não é capaz de blindar sua/seu filha/o de todos os males do mundo. Isso ela/ele precisa descobrir sozinha/o.

Eu, enquanto gente, professora, estudante, pesquisadora e pessoa que acredita que a educação é capaz de transformar o mundo transformando as pessoas, estarei sempre lutando e buscando formas de conversar e convencer outras pessoas de que nossas/os adolescentes precisam viver momentos que sentem vontade; precisam conviver e se perceberem em outros ambientes; precisam desfrutar de uma adolescência possível para que não venham a se tornar adultas/os frustradas/os. Mais que isso, elas/eles precisam de voz para dizerem como se sentem e como veem o mundo. Elas/eles sabem mais do que a gente pensa que sabem.

Com afeto e com o coração cheio de esperança,
Laissa Marinho.